



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

‘Respeito ao usuário’, promete novo gestor da Rodoviária

Diretor do Consórcio Cathedral enfatiza que essa é a premissa da nova gestão. E que o terminal vai ganhar ‘um presente de Natal’

A palavra “respeito”, aliás, foi a tônica que permeou a primeira entrevista à “Brasilianas” concedida pelo responsável pela Comissão de Transição e porta-voz do Consórcio Cathedral, Enrico Capecchi, que na semana passada assinou o contrato de gestão e exploração do terminal rodoviário por 20 anos.

“Nossa primeira tarefa é a de ampliar os nossos canais de comunicação com os usuários. Vamos criar um WhatsApp e vários outros sistemas de comunicação que vão permitir que os usuários possam sugerir medidas ou criticar nossos serviços”, respondeu Enrico (como gosta de ser chamado) – ao ser questionado sobre qual será a primeira ação que a nova gestão pretende fazer no terminal rodoviário.

A Rodoviária do Plano Piloto é o primeiro empreendimento que a RZK Concessões assume fora do Estado de São Paulo. Na capital paulista, o grupo é responsável pela administração e zeladoria de 13 terminais de ônibus interligados às estações de Metrô, além da exploração comercial de estações das linhas 1 Azul, 2 Verde e estações de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), totalizando 85 equipamentos públicos, por onde passam diariamente cerca de 5 milhões de pessoas.

Ciente dos vários desafios que estão por detrás do contrato (que serão enumerados adiante), Enrico disse que ele próprio quem liderou um estudo dentro da empresa, antes mesmo de o grupo RZK decidir se participaria da licitação (que teve quatro concorrentes). “Sabíamos que a Rodoviária de Brasília era um imenso desafio. Por tudo, até por ser no centro da Capital Federal, ser patrimônio tombado. Pensamos muito antes de tomar essa decisão”, revela o empresário. “E agora iremos fazer o melhor para o usuário”, enfatizou.

É Enrico mesmo quem lidera o grupo que está concluindo o diagnóstico, o plano de ação e o cronograma que serão estabelecidos, em comum acordo com a Secretaria de Mobilidade, para que se faça a transição entre o Consórcio Cathedral e o GDF – prazo estimado em 90 dias. Enrico, por exemplo, passou toda a noite e a madrugada, de sexta para sábado passados (18 e 19), na rodoviária.

“Já fizemos esse acompanhamento da rotina do terminal de dia. Eu queria saber tudo o que acontece ou pode acontecer de



Os camelôs ocupam as áreas livres, dificultando a travessia de pedestres, e criando problemas de segurança



As três grandes áreas de estacionamento que passarão a ser cobradas

noite e de madrugada, até nascer o sol”, disse o novo gestor do terminal. Ao todo, o Consórcio Cathedral espera ter aproximadamente 200 funcionários em toda a operação.

Mazelas terão solução, promete

Dentre as mazelas que incomodam os usuários está a atual falta dos ambulantes, que impedem até mesmo a circulação das pessoas no acesso aos ônibus e ao metrô. E o que acaba por gerar insegurança, medo de pequenos furtos e uma mistura com usuários (e pequenos traficantes) de drogas com moradores de rua.

O propalado “respeito”, segundo Enrico, passará também no trato com os camelôs – os quais ele prefere chamar de “os informais”. “Não haverá animosidade, algo de ‘nós contra eles’. Não trabalhamos assim”, afirmou.

“Queremos criar uma relação de empatia com os informais. Queremos trabalhar com eles, mas com regras claras. Muitos deles são pessoas que não têm recursos, mas querem evoluir. Todos podem se tornar MEI (Microempreendedor Individual) e virem a se tornar lojistas”, afirmou. Segundo ele, a empresa tem várias experiências exitosas vividas noutras concessões.

“Temos parcerias importantes, como o Sebrae, por exemplo. No terminal Penha, em São Paulo, existe um espaço do Sebrae voltado para

o treinamento daqueles que estão na informalidade”. E complementa: “É uma grande satisfação ver a evolução das pessoas, que depois de se formalizarem passam a gerar outros empregos e mais renda.”

A questão da segurança é outro ponto-chave para o novo gestor. O Consórcio Cathedral se comprometeu com o GDF a monitorar todos os espaços da concessão com câmeras, numa central de controle. E pretende manter uma relação de parceria com a Polícia Militar do DF, que já tem um posto avançado na Estação Rodoviária.

“É importante ressaltar que o contrato é de uma concessão para a gestão do espaço por 20 anos. O Governo do DF não fez uma alienação da rodoviária. O que faremos é a administração privada de um imóvel público. Por isso a Polícia Militar continuará tendo acesso livre para atuar”, explicou Enrico.

E os lojistas que já estão na Rodoviária? Eles também serão ouvidos, e dentro das novas propostas comerciais para o terminal, poderão ser aproveitados. Assim como “os informais”. Nesse ponto, “diálogo, respeito e convergência de interesses são as palavras de ordem”, completou.

Quanto aos demais contratos (vigilância, limpeza, manutenção e publicidade) serão todos encerrados, assim que possível. Como sempre se propalou pelos cantos



Os painéis de LED do ‘Metrópoles’ estão espalhados por todo o DF

Painéis de LED: Justiça vai julgar a liminar em novembro

Está marcada para o dia 6 de novembro a sessão da 7ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF que irá analisar se mantém – ou não – a decisão da desembargadora Sandra Reves Tonussi, que no dia 31 de julho cassou uma liminar da 1ª Instância que mandava desligar os painéis de LED em todo o Distrito Federal.

Para ajudar a memória do leitor de “Brasilianas”: na análise de uma Ação Popular, o juiz titular da Vara do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Tribunal de Justiça do DF, Carlos Maroja, havia determinado que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-

-DF) desligasse todos os painéis de LED da cidade.

A decisão do juiz Maroja, em caráter liminar, foi tomada no dia 28 de junho. Ela determinava o desligamento em até 24 horas dos tótems, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil por dia para cada um dos artefatos publicitários de LED instalados. À época, o DER-DF estimava que eram “mais ou menos” 370 painéis.

A empresa Metrôpoles Mídia Digital Ltda., do mesmo grupo que edita o site “Metrópoles”, é a responsável por mais de 50% desses tótems que emporcalham e poluem visualmente a cidade. Esta coluna foi responsável por uma série de reportagens (no momento, já

desta cidade, é sabido que alguns deles têm “padrinhos políticos” historicamente ligados à exploração do terminal.

“A RZK tem uma área de ‘compliance’ (setor que avalia contratos em conformidade com leis, normas e regras) muito rígida e forte. Faremos uma concorrência com critérios objetivos. Não reconhecemos apadrinhamento político. Queremos o melhor para o usuário e para a sustentabilidade do nosso negócio”, afirmou.

A concessão recebeu equipamentos sucateados

E sobre os outros problemas recorrentes, como escadas-rolante e elevadores desligados? “Esta semana, recebo um relatório dos nossos técnicos detalhando tudo: se é por falta de peças, de algum ajuste, ou se teremos mesmo de trocar algum equipamento. A partir daí, o que for possível fazer de imediato, faremos.”

Enrico ressalta que, pelo contrato com o GDF, deveria ter recebido todos os equipamentos funcionando e só cuidar da manutenção. “Mas não vamos ficar presos nesse detalhe. Sabíamos que estavam sucateados. O que importa é que iremos colocá-los em funcionamento”, prometeu.

Outra ação imediata do Consórcio será a reforma dos sanitários. “Ouvimos os relatos de muitas queixas. Vamos melhorá-los também.” Outra ação inicial – mas menos impactante para os usuários – será a de correções consideradas urgentes na estrutura de concreto, que apresenta rachaduras e infiltrações graves. “Essa per-

cepção pode nem ser notada, mas é importantíssima.”

Pelo contrato, o consórcio prevê investir R\$ 120 milhões em seis anos. A recuperação da estrutura deverá ser concluída em até 4 anos, com investimentos de R\$ 54,9 milhões. Nos primeiros três anos, deverão ser investidos mais R\$ 57,7 milhões na reforma do terminal. E a implantação de infraestrutura dos estacionamentos e do sistema operacional deverão custar R\$ 7 milhões, com prazo de 2 anos para execução.

E sobre a cobrança dos estacionamentos?

Ciente de que está à frente da primeira iniciativa de cobrança por estacionamento na área central de Brasília – tema que já despertou muita discussão e projetos, todos sem sucesso – Enrico afirma que sua implantação também será de forma gradual, possivelmente a partir do início do próximo ano.

O GDF estabeleceu que será cobrada a tarifa de R\$ 5 reais por hora. Todo o estacionamento público da região próxima à Rodoviária será rotativo. Serão 708 vagas na plataforma superior da Rodoviária, 1.015 vagas no Setor de Diversões Sul (Conic) e outras 1.179 no Setor de Diversão Norte (Conjunto Nacional).

“Vamos cuidar para que tenhamos vagas para idosos, PCDs, autistas e gestantes. Será tudo bem-sinalizado e seguro, mas sem colocarmos alambrados. Nada irá agredir o tombamento de Brasília”, garantiu Enrico. “Queremos ainda ter mensais. Tudo será ordenado.”

foram 27) que relatam os abusos cometidos pelas empresas (Metrópoles à frente) e os riscos e problemas que a incidência da luz dos LEDs e a distração trazem para os motoristas.

Por ser a maior beneficiária dos painéis (que foram autorizados pelo DER-DF), foi justamente a defesa da Metrôpoles Mídia Digital quem recorreu da decisão do juiz Carlos Maroja. Coube, por sorteio, a relatoria dos Agravos de Instrumento (os recursos apresentados) para a desembargadora Sandra Tonussi – que também é a presidente da 7ª Turma Cível do TJDF.

Agora, os desembargadores Getúlio de Moraes Oliveira, Robson Barbosa de Azevedo, Maurício Silva Miranda e Fabrício Fontoura Bezerra – e a própria desembargadora Sandra – irão avaliar se os argumentos utilizados pela defesa (Metrópoles) são válidos e se mantêm a decisão anterior.

Essa decisão em nada interfere no julgamento da Ação Popular que foi proposta pelo advogado Anderson Gomes. Esse processo ainda está em curso. O juiz Carlos Maroja disse à “Brasilianas” que espera iniciar as audiências para instruir essa ação no início do próximo ano.

Ainda sobre facilitar o acesso a pessoas com deficiência a locais complicados do terminal, como a ligação entre a Rodoviária e a estação Central do Metrô-DF, Enrico disse que pretende conversar com a empresa metroviária para buscar uma solução. “Queremos ser parceiros”, afirmou.

Hoje essa ligação é atendida apenas por uma escadaria íngreme, com 6 metros de subida e descida, e escadas-rolantes e um elevador, que quase sempre estão parados. Falta uma rampa para cadeirantes – que terá de ser construída.

A Rodoviária ganhará um “presente de Natal”

Quando assinou o contrato de concessão, o secretário de Mobilidade, Zeno Gonçalves, disse em entrevista coletiva que a nova gestão da Rodoviária do Plano Piloto seria como “um presente de Natal” para Brasília.

Enrico Capecchi confirma essa intenção e vai além. Ele pretende anunciar uma inovação – não prevista como obrigação no contrato – para os próximos dias. Apesar da insistência da coluna, ele não revelou o que será.

Mas prometeu que caberá a “Brasilianas” contar para seus leitores o presente natalino em primeira-mão. Este colunista (que é usuário do metrô e do terminal) espera que seja cumprida essa promessa, assim como todas as demais (boas) notícias que foram contadas ao longo desta conversa. E deseja sucesso ao Consórcio Cathedral (na nada fácil) empreitada!

Mais câmeras de segurança do DF

Lei aprovada aumenta videomonitoramento das passarelas

Por Thamiris de Azevedo

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aprovou em plenário o Projeto de Lei (PL) 459/2023, proposto pelo deputado Pastor Daniel de Castro (PP), para alterar a lei que trata do Programa Cidade Segura.

Na minuta, o projeto propõe a obrigatoriedade de instalação de sistemas de videomonitoramento com alta resolução em todas as passarelas exis-

tentes e futuras do Distrito Federal.

“A segurança pública é uma prioridade para o DF, e a instalação de sistemas de videomonitoramento em passarelas é uma medida eficaz para prevenir e investigar incidentes. Estão respaldadas na necessidade de prevenção de crimes e incidentes, rápida identificação de suspeitos, monitoramento em tempo real, redução de vandalismo, aumento da sensação de segurança” consta na peça da PL.



Sistema de monitoramento de segurança do DF

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília

Durante a defesa do parlamentar, em plenário, ele ressalta que o uso de câmeras de circuito fechado de televisão permite maior alcance da visão dos agentes de segurança que, remotamente, conseguem monitorar imagens captadas em locais diversos da cidade para otimizar recursos humanos e materiais.

Câmeras no DF

Dados de Segurança Pública do DF (SSP) apontam que, atualmente, no DF existem 1.250 câmeras instaladas em 30 regiões administrativas.

Entre 2023 e 2024, a secretaria

iniciou o “Programa DF Mais Seguro - Segurança Integral” nas Regiões de administrativas do Varjão, Jardim Botânico, Paranoá, Lago Sul, Lago Norte e Vicente Pires, com 255 novos equipamentos.

“As próximas regiões a serem atendidas, ainda neste ano, serão Sol Nascente/Pôr do Sol, Arniquireas e Fercal”, afirma o órgão em nota.

A secretaria destaca que o videomonitoramento do DF é feito em cooperação com 31 outros órgãos.

“As imagens são captadas e transmitidas em tempo real para o Centro Integrado de Operações de Brasília (Ciob)”, diz, em nota.